

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 15

Data: 30 de Outubro de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

## Pressupostos para uma política mineral

ROGÉRIO CÉZAR DE CERQUEIRA LEITE

A evolução da interação do homem com os materiais estruturais é uma história de crescente diversificação e especialização que se caracteriza antes pela adição de novos itens do que pela substituição dos antigos. No começo foi a madeira, depois veio a pedra, em seguida o bronze. Mais tarde foi a vez do ferro e posteriormente dos aços ao carbono.

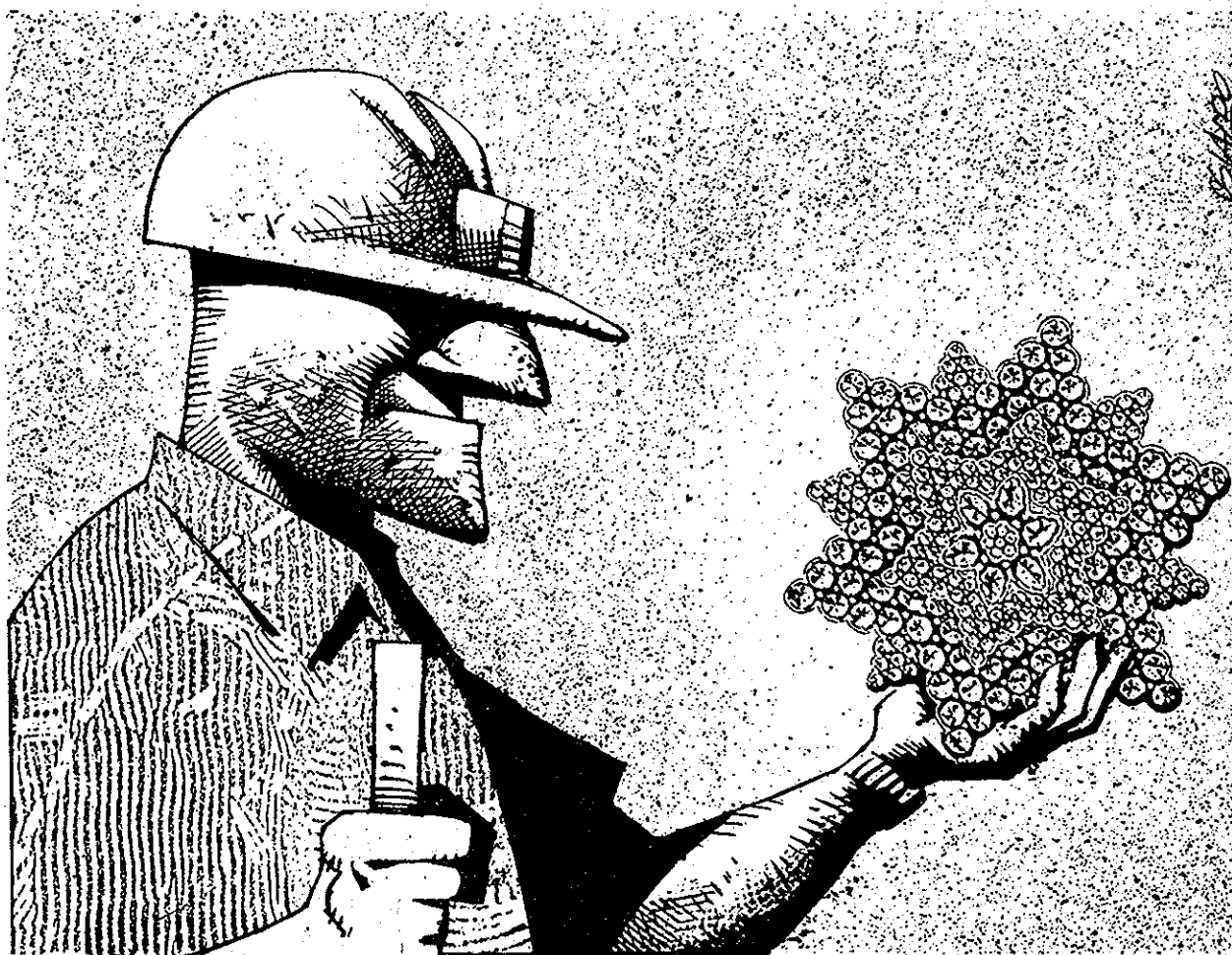
Já no século vinte vieram a imperar as ligas com todas as suas variedades e se introduzem as cerâmicas, os polímeros e alguns metais leves como o alumínio e o magnésio. Todavia, os volumes consumidos, per capita, de pedra, de ferro, de aço, são hoje maiores do que o foram em qualquer período da história da humanidade e, a cada momento, são maiores do que à época precedente, a menos de oscilações transitórias ligadas a acidentes econômicos.

A despeito da crescentemente diversificada oferta de materiais, a formação de nações despertou a preocupação com a disponibilidade de reservas minerais e alimentou expectativas do uso político de ocorrências privilegiadas. Há mais que dois séculos, François Quesnay, o decano da economia francesa, enunciou "...A nação que possui pouco comércio de matéria-prima e que se reduz à produção de bens industriais para subsistência estará em uma situação incerta e precária ... Além do mais, esta nação estará sempre dependente e submissa àqueles que fornecem matérias-primas..."

A História mostrou o quanto estava equivocado Quesnay, apesar da lógica aparente de seu preceito. Hoje, são os países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo que fornecem matérias-primas minerais. O que determina a posição de dominância e de afluência dos países industrializados é a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia. Podemos mesmo associar subdesenvolvimento com exportação de minério bruto.

Apesar desta inequívoca condição ainda se elaboram, principalmente em países em desenvolvimento, políticas minerais, como se reservas nacionais tivessem decisivo valor estratégico. A única exceção de importância econômica é aquela ocorrida recentemente no setor correlato dos combustíveis fósseis, onde foi possível ao cartel de países produtores de petróleo, não somente manipular os preços internacionais, como também utilizar politicamente sua supremacia, em certos momentos críticos.

Todavia, uma acelerada reação defensiva foi desencadeada reduzindo, em apenas alguns anos, de 40% o consumo dessa matéria-prima e neutralizando em certa medida seu potencial estratégico. Este episódio serviu não apenas para demonstrar a



exiguidade do valor estratégico de concentrações privilegiadas de minérios, mas, antes de tudo, para exacerbar uma postura defensiva que, na prática, reverte a prerrogativa de disponibilidade concentrada de reservas minerais.

Países e empresas, utilizando-se da grande diversidade de materiais similares, rejeitam as opções que implicam redução do número de fornecedores potenciais, mesmo quando a escolha que amplia a gama de fontes de matéria-prima compreenda um aumento de custos. E este não é um preceito derivado apenas de considerações sobre soberania, mas antes de argumentos de ordem puramente econômica. É uma questão de segurança quanto a investimentos e suprimento de mercados.

A elaboração de uma política mineral não pode, pois, deixar de levar em consideração a existência de uma pluralidade de sucedâneos para cada material e da possibilidade de desenvolvimento de materiais competitivos, além de uma firme disposição dos eventuais parceiros comerciais para evitar qualquer forma de dependência.

Uma das características econômicas do setor mineral é a intensidade em capital que se revela pelos longos períodos de maturação e de retorno dos investimentos, o que exige, além de uma firme estabilidade da legislação, o apoio estatal para a execução da infra-estrutura, além da responsabilidade quanto à coleta e administração de informações referentes aos recursos naturais e outros pertinentes ao setor mineral.

O argumento segundo o qual, devido à alta intensidade de investimento deveria o setor ser liberado para o capital externo, reservando capitais estatais e privados nacionais para atuação em setores mais dinâmicos da economia, precisa ser analisada em confronto com as notórias tendências das empresas transnacionais em transferir lucros para suas matrizes pela manipulação de preços intracompanhia e dispositivos similares, limitando os preços dos minérios exportados aos custos operacionais.

Outro pressuposto para a elaboração de uma política mineral moderna deveria ser a sua harmonização com a política industrial, não somente na

busca de uma melhoria do desempenho de produção global do país, mas antes de tudo, pelo caráter crescentemente tecnológico que caracteriza o setor de materiais.

É sob este aspecto que se inserem recomendações para um progressivo processo de adição de valor aos minerais nacionais. Cautela se faz necessária porque, obviamente, esta prática transfere ganhos econômicos inicialmente localizados em países e empresas produtoras de semi-acabados e de produtos finais para o país detentor de recursos minerais. Novamente interfere a grande disponibilidade de sucedâneos que existe para qualquer que seja o mineral.

O risco sempre existe, portanto, de perda de mercado. Um programa de adição de valor deve, assim, derivar de um acordo entre o Estado e as empresas pertinentes e, antes de tudo, deve ser elaborado em função do mercado específico e de uma análise técnica dos sucedâneos potenciais.